

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Conforme determina o nosso Regimento, esta Presidência, com alegria, registra a presença, nesta sessão, dos alunos do curso de Direito da Unoesc, de Xanxerê. Estão presentes, também, o coordenador Vinícius Almada Mozetic, o professor Julivan Negrini e a professora Juliana de Oliveira. O curso de Direito de Xanxerê completa 15 anos, é um dos melhores cursos de direito de Santa Catarina e é um prazer tê-los aqui. É claro que, sendo de Xanxerê, para mim é o melhor, mas vamos colocar entre os melhores. Muito obrigado pela presença de todos.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

Passo à condução dos trabalhos ao sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da

Rádio Alesc e da TVAL, boa-tarde aos acadêmicos do curso da Unoesc, de Xanxerê. Boa-tarde, também, aos secretários do município de Braço do Norte, ao Ramon Beza, ao Osvaldo Balbino, ao prefeito de Paulo Lopes, Evandro João dos Santos, o Nando, ao meu líder de bancada, Antônio Aguiar, e aos demais membros.

Gostaria de dizer que hoje é um dia importante, é um dia de reconhecimento, mas, em primeiro lugar, gostaria de fazer o registro de que, no dia 27 de maio do ano corrente, o sul de Santa Catarina teve uma ação muito forte, que foi o voo inaugural comercial do aeroporto Humberto Guizzo Bortoluzzi, no município de Jaguaruna, voo este muito aguardado pelo sul de Santa Catarina. É um aeroporto com investimentos de R\$ 60 milhões, do governo municipal de Jaguaruna, do governo estadual de Santa Catarina e do governo federal. E havia uma apreensão em relação à demanda, se deveria existir ou não a locação de um aeroporto ao lado do aeroporto de Forquilha, Diomício Freitas.

Muito se questionou sobre o aeroporto desde a sua concepção, quando a ideologia foi lançada pelo, então, presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, sr. Álvaro Arns. Foi muito discutido à época com relação a se fazer, não a ampliação do aeroporto Diomício Freitas, em Forquilha, mas efetivamente a implantação de um novo equipamento intermodal aeronáutico no município de Jaguaruna. Foram muitos os convites para as empresas estarem operando no local, e a TAM, no dia 27 de maio, começou a operar um voo diário para São Paulo, ligando o sul de Santa Catarina não apenas com o país, mas com o mundo.

Diante desse fato, trago uma matéria que foi apresentada pela TV Unisul, que representa esse momento que estamos vivenciando. E gostaria que a assessoria desta Casa, exibisse o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O vídeo mostra um Airbus A320, com capacidade para 160 passageiros, que sai todos os dias lotado, desde a sua inauguração, no dia 27 de maio, sendo que já foram atendidos mais de quatro

mil passageiros em 38 pousos e decolagens. E na verdade, isso mostrou o seu acerto em relação a seu espaço. Das 1.500 horas em que o aeroporto esteve operando, apenas 36 horas ficaram sem operação por neblina ou por falta de equipamento. Mas esse é um fato importante, porque os técnicos da Anac hoje chegaram a Jaguaruna e ficam até sexta-feira, fazendo toda a aferição dos equipamentos, para que praticamente em dois meses o aeroporto tenha também a sua operação feita por instrumentos, melhorando a qualidade, certeza e pontualidade dos voos, sendo mais atrativo para outras operadoras que querem trabalhar no sul de Santa Catarina.

É importante relatar que os segmentos derivados já estão crescendo, como um hotel no município de Sangão, locadoras de veículos, táxis, enfim, todo um segmento bastante forte e intenso nesse sentido.

Por isso, que eu gostaria de agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, a TAM, que apostou efetivamente no sul de Santa Catarina e fazer esse registro especial. Também, gostaria de registrar sobre a viagem que o governador Raimundo Colombo fez a capital federal, Brasília, em relação à concessão dos portos, aeroportos e vias federais que irão ser privatizadas através de uma concessão. Assim, gostaria de relatar uma ação importante que foi feita no dia de hoje numa audiência no Ibama, onde o deputado Manoel Mota, que foi e é um grande líder, trabalhou muito por isso e ficou conhecido pela "serra da perereca" em virtude dos entraves ambientais que aconteceram ao se descobrir durante a sua concepção uma perereca, isso resultou num processo e o referido deputado efetivamente foi um dos que lutou muito, assim como outros deputados do sul.

Essa obra importante liga o município de Praia Grande, no extremo sul de Santa Catarina, ao norte do Rio Grande do Sul. É uma obra de 8km, que custará mais de R\$ 30 milhões, que trará desenvolvimento para aquela região, principalmente em relação ao turismo ecológico, sendo que ainda

há os cânions, que são de uma beleza natural muito importante e significativa. E, também, com a concessão do governador, na semana passada, para um gerador e uma linha de transmissão de R\$ 14 milhões, com uma energia de qualidade, juntamente com uma rodovia estratégica para o norte do Rio Grande do Sul, entrando no sul de Santa Catarina, trará novas empresas e novos negócios mercadológicos. Faltava uma licença do Ibama, que há algum tempo estava se discutindo. Hoje, finalmente o governador Raimundo Colombo, juntamente com os deputados federais de Santa Catarina, com o secretário de Articulação Estadual, obteve essa licença. É uma obra do BID, financiamento internacional, o que faz com que nos próximos dias o pátio de máquinas volte a trabalhar.

Gostaria de fazer outro registro em relação ao falecimento de um amigo, do empresário Domerval Zanatta, pai do Cláudio, do Rodrigo e da Ana. Um empresário muito forte. Foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, proprietário da empresa Copaza, líder nacional na fabricação de copos plásticos, da empresa de transportes Barriga Verde, da Icopp - plásticos rígidos. Enfim, um empresário muito forte, amigo da comunidade que faleceu e foi enterrado hoje às 10h no crematório Millenium, na cidade de Criciúma.

Eram essas as observações e gostaria de fazer sobre um momento importante para Santa Catarina, principalmente em relação à significativa informação da liberação dessa licença ambiental, sendo que coloco o deputado Manoel Mota como um lutador emblemático nessa ação.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Eu gostaria de cumprimentá-lo e aproveitar a oportunidade para cumprimentar os xanxerenses da Unoesc, do curso de Direito. Parabéns e que bom que vocês comparecem a esta Casa de Leis. Voltem mais vezes.

Mas, quero reconhecer a sua luta na questão da implantação do aeroporto em Jaguaruna, pois aquela região de Tubarão, Jaguaruna, Sangão e outros municípios irão se beneficiar com esse tipo de transporte que vem crescendo. E são iniciativas como essas que vêm fortalecer ainda mais o desenvolvimento daquela região, pois, sem dúvida nenhuma, a mobilidade hoje é um tema muito importante que está em debate em todas as Assembleias e nas Câmaras de Vereadores. É relevante à aspiração de levar esse meio para outras capitais, como para o Rio de Janeiro, que também já tem essa ascensão e outras capitais.

Por isso, parabenizo-o pela iniciativa de vir aqui, divulgar e dar publicidade a todo o estado de Santa Catarina. Há outras cidades que vêm nessa luta, mas vocês lá obtiveram essa grande conquista.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Eu gostaria de agradecer a todos e de registrar a presença nesta Casa do prefeito reeleito do município de Turvo, Ronaldo Carlessi, um dos melhores de Santa Catarina, que está em seu segundo mandato e tem 91% de aprovação em seu município, junto dos seus vereadores, Ésio, Simão e Edson Jair Dagostin, o Pisca.

Quero falar da luta do Carlessi, do Valcir, do Zenio e dos deputados José Milton Scheffer, Manoel Mota, José Nei Ascari, todos do sul de Santa Catarina, da legislatura passada, principalmente agora que estamos em nossa primeira Legislatura imbuídos também daquelas propostas antigas que eram reivindicações pautadas num tempo passado, em mais forte pela nossa região demográfica, por um sul de Santa Catarina muito mais intenso, muito mais forte

São obras e ações importantes como essa, de pavimentação, de infraestrutura, de aeroportos e de portos como a do porto terminal pesqueiro de Laguna e o porto de Imbituba. O fortalecimento desses dois seguimentos também vai ajudar muito o nosso desenvolvimento, para que possamos resgatar a história de Santa Catarina, um lugar de destaque, em virtude de que, ao longo dos anos,

perdemos muitas empresas importantes e tivemos uma queda expressiva, com a diminuição da arrecadação do ICMS, acarretando uma perda na economia. E com as ações do governo do estado de Santa Catarina e do governo federal nós temos um prazo muito pequeno para resgatar esse lugar de destaque, que é muito importante para o sul de Santa Catarina e para todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Parabéns pela sua manifestação, deputado Luiz Fernando Vampiro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e todos que nos acompanham, em especial quero fazer uma saudação aos estudantes do curso de Direito da Unoesc do município de Xanxerê. Em nome da professora Juliana, quero dizer que estamos gratos por vocês estarem aqui acompanhando esta sessão e conhecendo um pouco melhor esta Casa Legislativa, já que vocês vão trabalhar na área de leis, direitos e deveres. Aqui é uma Casa que também se produz leis, produz a legislação.

Quero aqui nesta tribuna ressaltar uma figura importante que há pouco tempo esteve aqui nesta tribuna, que é o nosso grande mestre, um dos fundadores do PT, junto com o ex-presidente Lula, José Graziano da Silva, de 67 anos, que foi reeleito para ser o secretário-geral das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, na Itália. Parabéns, ao José Graziano, pois das 182 delegações ele recebeu 177 votos, deputado Mario Marcondes. Então, o Brasil continua presente na FAO, discutindo o tema da fome no mundo. E também o tema da agricultura e da produção de alimentos pelo mundo afora.

Quero também registrar que há duas semanas fui convidado para fazer uma visita ao município de Biguaçu, para ver um hospital novo e equipado. O ex-prefeito foi buscar recursos junto ao governo federal, deputado Antônio Aguiar, porque foi construída toda uma estrutura nova, praticamente

já está com todos os equipamentos novos, mas ninguém quer assumir o hospital, que está fechado.

Na próxima terça-feira, inclusive, vai haver uma audiência pública, convocada pela Câmara de Vereadores de Biguaçu, chamando a comunidade. E nós vamos cobrar, sim, essa questão, porque aquele hospital está fechado e está faltando espaço na região para atendimento à população da Grande Florianópolis, já que os nossos hospitais públicos, como diz o povo, estão entulhados de gente. E lá temos um hospital novo, todo equipado parado, sem funcionar. Então, esperamos que o governo do estado faça a sua parte e coloque esse hospital para funcionar, porque Biguaçu é um município grande e não tem um hospital público.

Eu já falei ontem nesta tribuna, dos grandes investimentos anunciados pela presidente Dilma Rousseff esta semana, que serão realizada na área pública e privada.

Acompanhei atentamente o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima, do deputado Serafim Venzon e do deputado Valmir Comin, com relação à visão deles sobre as concessões no Brasil, ou seja, sobre esse pacote de medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff em nível de país, sobre o investimento em Santa Catarina de mais de R\$ 7 bilhões em infraestrutura, sendo reestruturação das rodovias federais e duplicação de parte das rodovias. E eu quero voltar à discussão que o deputado Serafim Venzon, ontem, trouxe à tribuna, que é sobre o processo de concessão ou privatização. Também quero trazer presente, e o deputado Valmir Comin, falou muito bem sobre o abandono do nosso processo de modal ferroviário no país, e dizer que temos hoje menos de 30% das nossas ferrovias em funcionamento, diferente do que acontecia há 50 anos. Este é o resultado, deputado Serafim Venzon, da privatização das ferrovias no Brasil, e precisa ser compreendido a diferença entre a concessão para a privatização, que seu governo infelizmente promoveu a duras penas neste país, no setor elétrico, no setor da telefonia.

E por isso, deputado Silvio Dreveck, já teve uma CPI, onde foi verificado que pagamos a telefonia mais cara do mundo, devido o processo da ganância e do processo de privatização no nosso país. Nós não queremos entregar o nosso petróleo, o nosso minério, a nossa Vale do Rio Doce. Nós conseguimos segurar a Petrobras para que ela continue pública, que hoje faz um papel estratégico. Por isso, muita gente não aceitou e não aceita a presidente Dilma Rousseff, porque ela não permitiu privatizar a Petrobrás, e dar liberdade para o grande capital especulativo e o capital multinacional explorar o nosso pré-sal. O nosso pré-sal continua sendo um patrimônio do povo brasileiro.

Então, para nós concessão tem grande diferença da privatização. Se o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse feito concessão das nossas ferrovias, o governo brasileiro já poderia ter de volta essas ferrovias, mas como o governo privatizou as empresas abandonaram as nossas ferrovias e o estado não tem como tê-las de volta. Por quê? Porque o processo de privatização da forma como foi feito não dá essa condição.

Agora, com a concessão dos aeroportos como foram feitos, no futuro eles vão continuar sendo públicos e voltar para o estado novamente. Por isso, eu digo que esta é a grande diferença. E eu sempre dou um exemplo, seria a mesma coisa se eu vendesse ou alugasse a minha propriedade, deputado Natalino Lázare, por um período, e depois ela voltar a ser minha. E esta a diferença que precisa ser compreendida. Privatização não é a mesma coisa que concessão. Então, eu quero deixar claro que felizmente a presidente Dilma Rousseff, não está privatizando nada, ela está é fazendo concessão de uso por um período e com critério, e nós estamos fazendo concessão no processo de pedágio.

É só ver a diferença da concessão das rodovias feitas na época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com o custo para quem viaja para o Paraná hoje, juntamente com o custo das nossas rodovias federais, como a BR-101, por exemplo, que é um pedágio chamado social. Então, há essa grande

diferença que precisamos compreender. Agora, se a empresa, como terá alguns casos, vai lá e constrói a obra, faz a ferrovia, duplica e depois faz a cobrança de pedágio é diferente das nossas empresas no Brasil que ainda querem pegar a obra pronta, depois fazer a manutenção e cobrar o pedágio. Então, esta diferença precisa ser compreendida no tema das concessões e da privatização. Nós não queremos de forma alguma a privatização das nossas empresas públicas. Elas precisam continuar sendo patrimônio do povo brasileiro. Mas compreendemos que alguns setores da economia são papel, sim, da iniciativa privada. Agora as que têm papel estratégico como a Educação, Saúde e Segurança têm que pertencer ao estado, às políticas públicas e não à iniciativa privada. E quanto a isso temos a nossa compreensão clara e o nosso papel.

Por último, quero registrar que no próximo final de semana, a partir de amanhã à noite, vamos realizar o nosso grande congresso do Partido dos Trabalhadores, em Salvador, na Bahia, com a participação de mais de mil delegados e delegadas escolhidos diretamente em todos os municípios, onde o partido tem representação no Brasil. Quero desde já cumprimentar todos os participantes deste grande momento, no qual o PT vai discutir o avanço das transformações sociais deste nosso país, que vimos promovendo nestes últimos 12 anos de governo, e que queremos dar continuidade, sim, e dar novos passos significativos a temas como a reforma política, reforma da mídia, reforma agrária, reforma econômica, reforma tributária e tantos outros temas que temos pela frente.

Até temos muitos temas polêmicos que avançam na perspectiva de taxaço das grandes fortunas no nosso país, para podermos continuar distribuindo renda e melhorando a vida do conjunto da população brasileira, e não mais viver num país onde temos uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim

Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, jovens que estão participando da nossa sessão de hoje, quero saudar o deputado Dirceu Dresch, que fez um pronunciamento exatamente sobre os investimentos futuros, provavelmente para ano que vem, pois até o final do ano certamente serão feitas as licitações, para ver quem pode, afinal, ganhar a concessão do porto de São Francisco, do aeroporto, das rodovias 470, 280 e 101. Enfim, essas rodovias que estão passando por este processo de concessão.

Quero dizer ao deputado Dirceu Dresch que fique tranquilo, porque ele também já foi dono do Besc, por exemplo, que, certamente, distribuía rendimentos com os donos do Besc e caiu na conta dos catarinenses. Imagina! Certamente também era dono da Vale do Rio Doce, que anualmente deveria depositar na conta dos brasileiros os rendimentos da empresa. E nós também somos donos da Petrobrás, mas sabem do quê? De R\$ 280 bilhões de dívida. Este é o nosso patrimônio.

Sobre a Petrobras, hoje somos donos de R\$ 280 bilhões de dívida. E isso vai devagarzinho, dividindo um pouquinho com os 200 bilhões de brasileiros. E de que maneira? Pelo pacote fiscal, que vemos, pelo pacote de recessão, pelo aumento de tributos de alguma maneira, pelo corte de benefícios em cima dos trabalhadores, dos aposentados, doentes que não tem acesso aos hospitais, porque desde 1996 o governo federal não corrige a tabela do SUS, pagando R\$ 10, R\$ 15, R\$ 20 às equipes médicas. E para que isso tudo? Nós que somos donos de tudo isso. Nós temos que dividir o que? Dividir a dívida. Alguém recebeu alguma coisa dessas empresas do governo? Algum benefício especial? As estradas, por exemplo, sendo do governo, qual a grande vantagem que tivemos? Tivemos pneus furados, batidas de carros, estradas mal feitas, falta de atendimento. É isso que estamos dividindo.

As ferrovias, sim, as ferrovias sendo dos brasileiros, nós temos, por exemplo, todo mundo esta vendo a Transoceânica, a Ferrovia do Frango. Cadê a Ferrovia do Frango? Carregamos os frangos nas costas ou de caminhão, passando pelas rodovias estaduais e federais, atrapalhando o tráfego de outros carros, causando acidentes. Enfim, transportando toda a economia em cima de pneus. Então, nós estamos dividindo entre os brasileiros e os catarinenses a ferrovia litorânea que vai lá do sul do estado até o porto de São Francisco. Dividindo aonde? No entupimento, no embuchamento da BR-101, que, aliás, estão fuçando nela, em 200, km já faz 14 anos e ainda não está resolvido. Já passaram o prazo de quatro governos para conseguir fazer e concluir esse trecho sul da BR-101.

Quando ouvi a presidente lançando ontem o pacote de concessões para o Brasil, num total de R\$ 198 bilhões, logo achei que era pouco. E para vocês entenderem, para os jovens especialmente, entenderem o quanto é pouco, para Santa Catarina vai vir R\$ 7 bilhões, mais ou menos. Você sabe o quanto o governo do estado, com a autorização desta Casa vai construir, vai fazer em obras, em infraestrutura via estado, R\$ 11 bilhões. Temos um pouco emprestado do governo federal, cobrando juros, evidentemente. Então, como que R\$ 7 bilhões para Santa Catarina é dinheiro! Se o Orçamento do estado de Santa Catarina é mais de R\$ 20 bilhões. Então, isso aqui é uma merreca! É uma falta de educação com o povo de Santa Catarina pelo tanto que contribuimos. Deveria, sim, ter uma contribuição muito maior.

Eu só vejo aqui uma esperança, os deputados Pedro Uczai e Dirceu Dresch, e todos nós aqui, que já fizemos várias reuniões, inclusive no lançamento do projeto técnico da construção da Ferrovia do Frango, temos que ir para cima do governo federal, para buscar aquilo que é o nosso direito. Santa Catarina tem uma economia pujante, socializada, pulverizada em todos os municípios. O oeste que parecia há 30, 40 anos, inviável economicamente, hoje está dando *show* no Brasil e no mundo com a produção de frangos e suínos. Mas o

grande problema do oeste do estado é justamente o custo do transporte pronto, ou ainda da ração que tem que vir do Mato Grosso do Sul, ou que muitas vezes vai daqui para lá, e depois tem que voltar com o frango.

Quer dizer, tudo isso vai encarecendo o produto final e vai diminuindo, então, a competitividade dos catarinenses.

Eu sei do movimento que inclusive v.exas., deputado Dirceu Dresch e Pedro Uczai, que foi o presidente do Fórum Pró-Ferrovia Leste-Oeste em Santa Catarina. Eu estava esperançoso de que nesse pacote para o estado, tivesse o pacote da Ferrovia Litorânea que já tem projeto em andamento. Também o projeto da Ferrovia do Frango que me parece foi licitado, com a vinda da presidente Dilma à Chapecó para fazer o lançamento do projeto técnico da referida ferrovia. Ora, então, onde está o dinheiro para fazer? Como é que vão fazer? Vão esperar o governo federal com essa morosidade? Eu duvido que façam em 40 anos, se deixarmos o governo fazer! Eu duvido! A BR-101, trecho sul, já está em obras há 13, 14 anos. Não conto 18 anos, porque o primeiro trecho norte foi feito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em quatro anos.

Então, Santa Catarina tem, sim, esse direito. Esses R\$ 7 bilhões é um valor pequeno. Nós temos investidores no Brasil que poderiam abraçar a privatização dessa ferrovia. Quem vai explorar o transporte? Quem vai permitir o trem seguir na ferrovia vai ser o dono da ferrovia. E ele vai pagar imposto também como na Vale do Rio Doce, que eu vi a sua privatização. Quem fez a privatização da Vale do Rio Doce foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, na época, foi vendida por um valor. E que agora anualmente a Vale do Rio Doce paga em imposto para o governo federal para ser transformado em ações públicas, em políticas públicas, em ações sociais que é, afinal de contas, a finalidade do governo para promover a convivência social. Então, o que precisamos é o pagamento de imposto. Qual é a diferença de uma ferrovia ou de uma tecelagem, se pagar o imposto

para o governo? Assim ele tem o que fazer, tem o recurso para fazer aquilo que precisa, que é de fato atender à questão social.

Por isso, quero aqui lamentar o valor pequeno que vem para Santa Catarina. Mas também vejo uma luz, se em 13 anos o PT se convenceu que aquela política social demasiadamente, digamos, de o governo ser dono de tudo, não é possível e, quem sabe, essas concessões sejam portas abertas para mais concessões com valores maiores para, afinal, o Brasil tomar a sua posição que merece. Quero dizer, com certeza, quando viajamos para a Europa, como todos vocês viajaram, pensarmos assim: o que tem o alemão da Alemanha diferente do alemão do Brasil? O que tem o italiano da Europa diferente do italiano do Brasil, que são tantos que moram aqui? A diferença é a nossa legislação que não deixa essa gente boa trabalhar, transformar esta economia em um bem estar para toda a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde! Sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti, srs. deputados, acadêmicos do curso de Direito da Unoesc, do município de Xanxerê que se fazem presentes nesta sessão ordinária, sejam muito bem-vindos.

A minha fala de hoje, srs. deputadas e srs. deputados, dentro do horário reservado ao partido político, do partido ao qual pertenço, o PT, é uma indagação, deputado Serafim Venzon. Protagonista ou coadjuvante?

(Passa a ler.)

"Escrito em chinês, a palavra crise, deputado Serafim Venzon, é composta de dois caracteres: *Wei*, que significa perigo, e *Chi*, significando oportunidade.

Há quem conteste esta interpretação, cujo grande momento ocorreu numa fala do ex-presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, quando fez um discurso em Indianápolis, em 12 de abril de 1959, dizendo: 'quando escrita em Chinês, a palavra crise é composta por dois caracteres, um representa perigo e o outro representa oportunidade'.

E, de fato, crise parece ser o vocábulo mais presente na mídia, mas quase sempre com a primeira conotação. Não como oportunidade. Apostam na crise e, no caso brasileiro, em duas dimensões, na economia e na dimensão política. Na economia não é possível desprezar, como fazem alguns, o panorama global, no qual, por exemplo, a economia dos Estados Unidos sofreu um baque, no primeiro trimestre, e encolheu 0,7% frente ao trimestre anterior, em termos anualizados.

É preciso entender que, no mundo globalizado, as dificuldades também são generalizadas. Na dimensão política, a disputa entre dois projetos está nos levando a maior polarização desde 1964, e faz as manchetes transbordarem. E, com isso, a nossa indignação também toma conta do imaginário. Afinal, que país é esse? Quem são os nossos líderes, para onde aponta o futuro? Por tudo isso é hora de falar de oportunidades, de reconhecimento e de protagonismo, é hora de abordar uma interpretação positiva do vocábulo chinês: Oportunidade.

Enquanto a recessão ecoa em boa parte do planeta, o desemprego domina o velho mundo, e barcos de imigrantes africanos cruzam o Mediterrâneo em busca de abrigo, de emprego e de futuro.

O ex-presidente Lula abria, no sábado, dia 06 de junho, a 39ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, em Roma, e em sua fala ele comemorou a vitória do Brasil contra a fome, senhoras e senhores, por meio de programas sociais.

Lula lembrou que 12 anos atrás havia 11 milhões de famílias na extrema pobreza, deputado Serafim Venzon, no Brasil. Onze milhões de

famílias na extrema pobreza, de crianças, de homens e mulheres que morriam de fome. Em doze anos essas famílias saíram da linha da pobreza. Hoje, o nosso combate não é pela fome, é pela obesidade, pois as pessoas hoje têm renda e poder aquisitivo para comprar comida, coisa que não acontecia antigamente.

Estamos vendo, pela primeira vez, senhoras e senhores, uma geração de brasileiros e brasileiras que não conheceram o drama da fome. Disse ainda que é necessário incluir os pobres no orçamento público, e não tratá-los como estatística, mas tratá-los como seres humanos.

Na mesma linha do protagonismo no combate à miséria e à fome, o ex-presidente Lula foi homenageado em Roma com a Lupa Capitolina, uma escultura que representa a loba das narrativas romanas sobre a fundação de Roma, que todos os senhores e senhoras conhecem. 'A cidade de Roma está honrada em lhe conceder o símbolo máximo dessa antiga e esplendida cidade, capital da paz e da misericórdia, a Lupa Capitolina.', disse o ex-prefeito da capital italiana Ignazio Marino ao conceder essa homenagem.

Na mesma linha do protagonismo brasileiro no cenário nacional, o brasileiro José Graziano foi reeleito Diretor-geral da FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Graziano, que foi responsável pelo programa Fome Zero no governo do presidente Lula, foi reeleito ao cargo com 177 votos, como bem frisou o deputado Dirceu Dresch, dos 182 países reunidos na 39ª Conferência da FAO.

E ontem, ainda, vimos a nossa líder, a ex-ministra Ideli Salvatti, ser convidada pelo presidente da OEA, Luis Almagro, para assumir a secretaria de Acesso ao Direito e a Equidade da entidade, em Washington. A grande liderança catarinense, que já foi deputada estadual, senadora da República, ministra de estado, agora vai ocupar um cargo de relevância internacional na área dos direitos humanos. Quero dar os parabéns por essa indicação justíssima a essa cidadã catarinense que se tem destacado nacionalmente e

agora assume uma função internacional que exercerá com competência e seriedade.

Entendo ser motivo de satisfação o protagonismo de brasileiros na questão dos direitos humanos, apenas lamento profundamente o silêncio ensurdecedor da grande mídia brasileira, sempre contra o Brasil, contra os brasileiros e brasileiras, que ignoram e não oportunizam à nossa população acesso a informações tão relevantes internacionalmente. O Brasil é referência no mundo ao combate à fome e à pobreza. Então, o Brasil nunca foi coadjuvante, e não é coadjuvante. O Brasil é protagonista!"

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos, deputada, as suas manifestações, e também, em nome da Presidência, queremos registrar e cumprimentar a eminente ex-ministra e senadora Ideli Salvatti por essa nova função que exercerá em Washington. Parabéns a ela, ao PT catarinense e à sociedade de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Pela ordem, o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Da mesma forma, quero enaltecer a escolha da ex-senadora, justa por aquilo que representa e tem feito pelo país e por este estado. Quero fazer o registro da presença do sr. Gerson Bolgenhagen, secretário da Habitação de Rio Negrinho, que está buscando parceria num projeto estratégico e importante de habitação naquele município. Boas-vindas e boa estada neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar as lideranças do município de

Tubarão, o Ederson, o Pedro, o Itamar Passarela, que se encontram aqui, bem como os acadêmicos da Unoesc, de Xanxerê. E, nesta Casa, por diversas vezes, falamos sobre o fenômeno que a cidade viveu há poucos dias. Quero dizer que permanecemos nas trincheiras para que as ações não fiquem apenas dependendo da solidariedade, mas que ações efetivas sejam tomadas para a reconstrução da querida cidade de Xanxerê e também de Ponte Serrada.

Sr. presidente, eu também não poderia deixar de me manifestar sobre a questão das concessões anunciadas pela presidente da República. E aqui posso dizer um anúncio que realmente vem engrandecer o nosso País, o *slogan* Pátria Educadora tenho toda a certeza que durante o seu mandato vai fazer da educação o país que realmente nos orgulha em morar. E aqui posso falar do estado de Santa Catarina o quanto ela tem representado todos nós catarinenses, pois nós do oeste de Santa Catarina ganhamos há pouco tempo uma universidade federal; também a nossa Udesc no estado catarinense sendo a quarta melhor Universidade considerada pelo MEC em todos os estados do Brasil. Enfim, todos os investimentos que hão de vir do pré-sal, serão 75% para a Educação e 25% para a Saúde, isso foi tema de um debate de uma audiência pública na parte da manhã.

Eu vejo que estamos no caminho, pois a concessão não é sinônimo de privatização. Eu lembro muito bem quando foram privatizadas as telecomunicações, eu nem sei se foi privatizado ou se foi doado, porque até hoje nós não vimos para onde foram os recursos das privatizações. É como a questão da Vale do Rio Doce, das privatizações e tantas outras que foram privatizadas.

Também, vejo que da grandeza, enfim da ousadia de se fazer a concessão, que foi muito bem aceito pelo mercado, pelo setor produtivo, enfim em parceria com o governo federal. E é importante, sem dúvida nenhuma, que aqui se faça os grandes debates, até porque esta Casa que, além de legislar, fiscalizar, deve cooperar com os atos do Poder Executivo. Temos que estar atentos para que

haja realmente uma concessão que venha realmente beneficiar e que, sem dúvida, irá beneficiar todo o povo brasileiro, pois essa concessão vai permitir aportar em torno de R\$ 200 bilhões para o nosso país.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Deputado Cesar Valduga, apesar de seu tempo exíguo, gostaria de dizer que essa concessão, privatização, na verdade estão fazendo parceria público-privada. Acho que o resumo é esse. Resta saber quais os benefícios para o povo brasileiro.

O que se lamenta, como bem colocou o deputado Serafim Venzon, no sentido de que tão pouco vem para Santa Catarina mais uma vez, por tudo o que o nosso estado arrecada, por tudo que Santa Catarina manda para o governo federal, o que vem em troca. Então, o que se espera, seja concessão, seja privatização, é que venha em benefício do povo brasileiro para e para o crescimento do nosso Brasil.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito obrigado, deputado Mario Marcondes!

Mas, venho, sr. presidente, aqui para me manifestar e ao mesmo tempo agradecer ao deputado Natalino Lázare, que através da comissão de Agricultura e Política Rural e a da Legislação Participativa, no dia 19, realizará às 19h em Chapecó, uma audiência pública para tratar sobre o Mormo, que é uma sanidade equina, e que seu controle deve acontecer em nível de região sul do estado de Santa Catarina. Isso nos preocupa muito porque o Mormo é uma doença infecciosa e contagiosa dos equídeos que pode ser transmitida ao homem e também aos outros animais. Ela manifesta-se por um corrimento viscoso nas narinas e a presença de nódulos subcutâneos nas mucosas nasais, nos pulmões, nos gânglios linfáticos. E o contato com a doença material é o que preocupa a nossa região.

Então, srs. deputados, através das lideranças do CTG Bate Casco, do município de Chapecó e

também daquela região, faremos com que essa audiência pública busque alternativas de como se precaver na transmissão dessa doença, até porque agora há poucos dias no estado do Rio Grande do Sul foi noticiado o Mormo. Então, nos preocupa a questão sanitária no nosso estado de Santa Catarina. Como o meu tempo é curto, eu volto no dia de amanhã para me aprofundar mais e fazer um grande debate e também convidar a todos os deputados para que participem dessa audiência pública que irá acontecer no dia 19, às 19h, no município de Chapecó e convidamos também a população de Xanxerê e...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mario Marcondes.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Gostaria de registrar a presença nesta Casa, do ex-prefeito de São João Batista do PP, nosso amigo Aderbal Manoel dos Santos, eleito e reeleito, empresário do ramo calçadista. Calçados esses que sustentam aquela cidade e o Vale do Rio Tijucas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente é com grande alegria, muita honra e satisfação que eu registro também aqui nesta Casa a presença da Associação do Grupo de Mães e Amigos de Santa Luzia, do município de Tijucas. Com a sua coordenadora Marlene, a Ione, a Angela Maria e também a minha queridíssima e amada tia Mirna, que faz parte desse grupo, vieram conhecer esta Casa, a qual eu dou as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, com a palavra o deputado Darci de Matos por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente eu acredito que não vou precisar utilizar todo esse tempo. Imaginei que o deputado Ismael dos Santos falaria, mas além de saudar aqui os visitantes, os estudantes e demais autoridades no parlamento catarinense sr. presidente, quero fazer um convite. Na terça-feira, dia 16, deputado Natalino Lázare, nós vamos realizar nesta Casa às 17h no auditório da Assembleia uma reunião da Frente Parlamentar do Varejo. E devemos, pela mobilização, reunir aqui com o apoio da Fecomércio e da FC DL aproximadamente 400 empresários, lojistas e demais empresários do varejo de Santa Catarina. Esses empresários vão estar presentes também na sessão e estamos convidando, deputado Ismael dos Santos, as instituições estaduais e federais de fiscalização, como a Polícia Civil, bombeiros, Receita Federal, vigilância sanitária, Fazenda e demais órgãos de fiscalização, para que nós possamos, deputado Patrício Destro, tratar de um assunto que já foi discutido por muitas vezes, deputado Gean Loureiro, nessa Casa. Esse é lamentavelmente um assunto que não avança como deveria, não sei por que motivo. Mas falo do combate à pirataria no estado de Santa Catarina.

A pirataria, a contravenção, o contrabando, parece que se constitui num inimigo oculto do estado e dos entes públicos. É muito forte e em muitos casos até mais forte do que o estado. O Brasil deixa de arrecadar, deputado Patrício Destro, por ano, mais de R\$ 200 bilhões pela força que tem, pelos produtos que colocam contrabandeados em nosso país, através da pirataria. Então na terça-feira que vem nós vamos, sr. presidente, reunir as instituições, as entidades, os empresários e vamos tratar, com essas instituições, a possibilidade, deputado Patrício Destro, de fazermos uma cruzada, uma força tarefa para que possamos fiscalizar as feiras do Brás, ou da 25 de março, da Zé Paulino.

Essas feiras que não tem nenhum tipo de legalização, não tem nenhum tipo de formalização, que não recolhe impostos e mais do que isso, deputado Dalmo Claro, que colocam para a população catarinense produto sem procedência e de má qualidade.

Portanto, nós entendemos que com arcabouço jurídico que já temos, com as prerrogativas que têm essas instituições de fiscalização e com a boa vontade dessas instituições, nós poderemos fiscalizar a realização dessas feiras que são nocivas para a economia catarinense. Por quê? Porque não arrecadam, não recolhem para os entes públicos e, ainda, colocam nas mãos da população produtos de péssima qualidade e sem procedência. Também a Fecam - Federação Catarinense de Municípios - vai estar presente, o presidente José Claudio Caramori, e prefeito de Chapecó, porque a ideia, sr. presidente, é orientar, municiar e apoiar as prefeituras do nosso estado, deputado Serafim Venzon, para que elas possam constituir uma legislação municipal, já que juridicamente não temos condições legais de fazer uma legislação estadual para tratar da questão das feiras. Este assunto é de prerrogativa dos municípios.

Enfim, esse evento na terça-feira, eu julgo, vai ser muito importante a ser realizado nesta Casa, porque trata da questão da qualidade dos produtos, e também da arrecadação dos entes públicos catarinenses. Todos estão convidados. Os empresários chegarão mais cedo para dar presença no Plenário, certamente vamos utilizar o espaço reservado aos Partidos Políticos para falar sobre esse tema que é de muita importância.

Eu sou autor de uma lei nesta Casa, cujo relator foi o deputado Serafim Venzon, que é a Lei dos Óculos de Sol, preocupados em combater a pirataria e com a saúde pública, esta lei proibiu definitivamente a venda de óculos de sol na mercearia da esquina, porque esses produtos não tem procedência, não tem qualidade, e com certeza, o deputado Serafim Venzon que é médico, pode falar do assunto melhor do que eu, esses óculos trazem imensos prejuízos para a visão das pessoas que

adquirem esses produtos. Por isso, todo o esforço que possamos fazer no sentido de combater a pirataria, a informalidade, com certeza nós vamos fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Social Progressista, PP e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, eu queria em primeiro lugar cumprimentar as pessoas que nos ouvem, mas de forma especial o município de Guabiruba, que hoje está comemorando 53 anos de emancipação política. Na verdade os alemães chegaram à Guabiruba há mais de 60 anos, e hoje como município faz 53 anos. Era um bairro, um distrito de Brusque, e como todos os distritos, as prefeituras, os prefeitos sempre investiam mais na sede, sendo que os distritos de Guabiruba, de Botuverá, de Vidal Ramos, de Presidente Nereu, que eram todos distritos que pertenciam a Brusque, como em qualquer outro lugar, sempre ficavam em segundo plano.

E a partir do momento que o distrito de Guabiruba se despreendeu, cortou o cordão umbilical de Brusque, as administrações locais, os prefeitos, a Câmara de Vereadores, passaram a desenvolver a sua economia. E hoje Guabiruba que tem apenas 20 mil habitantes, deve ter 12 mil eleitores, passa por um extraordinário progresso, um desenvolvimento social muito grande. E quando se passa pelas ruas, se vê todas bem cuidadas e limpas, as casas bem caprichadas, as pessoas bem vestidas, bem alimentadas.

Enfim, com todos os sinais de um equilíbrio social e econômico muito bom e que naturalmente Guabiruba, sem dúvida nenhuma, pode servir de exemplo com relação ao empenho das pessoas, no sentido de organização social e pulverização da renda.

Assim como Guabiruba, também faz 53 anos minha terra natal, Botuverá, que no caso foi ontem dia 09 de junho. A partir da sua emancipação político-administrativa foi gradativamente se desenvolvendo e hoje dá uma qualidade de vida muito boa para seus munícipes. Aliás, Botuverá está entre as cidades do Brasil com melhor equilíbrio socioeconômico, de menor diferença social entre os mais ricos e os mais pobres.

Botuverá e Guabiruba são cidades coirmãs, que se emanciparam com a diferença de apenas um dia. E observamos o grande desenvolvimento que a cidade teve por conta dessa emancipação, possibilitando as pessoas de lá mesmo poderem tomar suas decisões em prol da melhoria da cidade.

Então, quero cumprimentar a população de Guabiruba, meu povo de Botuverá, pois, sem dúvida nenhuma, foi o trabalho de cada cidadão, que fez desses 150 anos o nosso desenvolvimento, cada um contribuindo à sua época com aquilo que poderia fazer com o que dispunha e desta forma nossa cidade chegou onde está, ao ponto de todos nos orgulharmos.

Por isso, nossos cumprimentos a todos.

Quero também saudar os inúmeros professores que tive, como também o professor dr. Mário Gentil Costa, meu professor durante a faculdade de medicina na UFSC, pois ontem fez o lançamento, nesta Casa, do seu sexto livro, com o nome *Conexão Brasil*.

Trata-se de uma ficção, mas a mensagem que deixa é real. Chamou-me atenção um pensamento que ele coloca dizendo que as pessoas boas ou pessoas ruins estão espalhadas em todos os lugares, em todas as coletividades, em todos os credos, que isso é próprio da natureza e que precisamos perseguir a justiça, e que a vingança pura e simples também deve ser condenada. Sem dúvida, dr. Mário Costa é um grande escritor, médico e orgulha a nós todos.

Por fim, sr. presidente, quero fazer uma saudação muito especial à família peessedebista, falo como líder da bancada, e chamando todos à responsabilidade, pois no próximo sábado, dia 13,

Dia de Santo Antônio, teremos a convenção estadual do partido, quando escolheremos o nosso futuro presidente. Atualmente o presidente é o senador Paulo Bauer, que conduziu o partido nos últimos dois anos muito bem, assim como a eleição de 2014; foi candidato a governador, teve um grande desempenho e também tivemos um bom resultado elegendo dois deputados federais e quatro deputados estaduais.

Mas nós entendemos que o partido pode fazer mais, que devemos fazer mais. E no ano que vem, quando das eleições para prefeito e vereadores, e atualmente já temos 29 ou 30 prefeitos e mais de 360 vereadores, queremos ir mais longe. E é nossa responsabilidade aumentar esse número.

Até porque, Santa Catarina, de todos os estados brasileiros, foi o estado que mais votou o número 45 na vez passada. Foi mais de 65% das pessoas que votaram em Aécio Neves. Isso prova que existe um sentimento muito forte em prol da Social Democracia, o PSDB. Nós precisamos estar organizados nos municípios com candidaturas a prefeitos e vereadores, justamente, para que esse sentimento, 45, possa também se implantar em todos os municípios, nas Câmaras de Vereadores e nas prefeituras.

Mas, para isso, precisamos ter a capacidade de organização, que não falta de maneira nenhuma ao senador Paulo Bauer e ao deputado Marcos Vieira, que são candidatos a presidente do partido. Apesar de eu ter uma admiração muito grande, tanto por um quanto pelo outro, grande parte da bancada estadual apoia a candidatura do deputado Marcos Vieira, apesar de todo o respeito que temos pelo senador, no sentido desta luta salutar. Mas, o principal objetivo do lançamento dessas duas candidaturas, é justamente para buscarmos um consenso de forças, uma união das duas forças dentro do partido em prol de uma unidade. O senador Dalírio Beber também já se colocou a disposição para ser um possível candidato, como fruto de uma união de forças. Atualmente, as duas candidaturas estão caminhando, se organizando, falando com os convencionais para

no dia 13 estarem aqui em Florianópolis e participar da convenção, cada um votando no seu candidato.

Mas, a minha grande esperança é que até lá, um dia antes, ou até mesmo no dia, possamos buscamos o consenso dessas duas grandes forças, dessas duas grandes organizações, como é o senador Paulo Bauer e o deputado Marcos Vieira. Ambos são conhecedores de todo o estado, conhecedores da família peessedebista, mas que juntos podem fazer melhor. Essa convenção deve ser, sim, um grande momento de trocarmos entusiasmos em prol de um resultado melhor e mais favorável para PSDB nas eleições do ano que vem, na escolha dos vereadores dos prefeitos e dos vice-prefeitos.

Então, eu aposto nesse resultante das duas forças, apesar de defender uma candidatura, mas defendo, primeiramente, a coalisão de todas as forças que a Bancada estadual fez como o deputado Leonel Pavan, o deputado Marcos Vieira, como este deputado e bem como o deputado Vicente Caropreso. O nosso grande sonho sempre foi justamente uma candidatura única, uma candidatura que pudesse unir todas essas grandes forças do PSDB, para ter a expressão nas urnas, nos municípios, nas Câmaras de Vereadores. Essa grande força do PSDB nacional, que tem uma grande história, como a história do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que governou o país durante quatro anos e que deixou um marco muito grande, de como pode ser melhor a política brasileira e que tudo isso precisa ter a expressão nos municípios.

Por isso, aproveito esse espaço, sr. presidente, para conclamar todos os convencioneiros do PSDB, para que no sábado, dia 13, aqui na Assembleia Legislativa, em Florianópolis venham participar dessa grande festa, trocar entusiasmos em prol de um PSDB grande como o Brasil merece.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Serafim Venzon, com certeza, todos os seus argumentos para o mês de junho já foram superadas no dia de hoje. Foram 30 minutos

que v.exa. usou a tribuna, com certeza, os assuntos do mês já estão equacionados.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Gean Loureiro, por até 15.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vou dividir a minha fala em dois momentos, o primeiro, para tratar da vinda do ministro de Turismo à Florianópolis, na próxima segunda-feira, para relatar um pouco das atividades que a comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia vai ter. O segundo momento, para falar sobre as concessões programadas pelo governo federal para as obras em Santa Catarina. Então, início, sr. presidente, reforçando o convite a todos os srs. deputados, atendendo o convite que fiz, quando fui a Brasília ao ministro Henrique Eduardo Alves, do PMDB, que ocupa a pasta do ministério dos Transportes.

Ele que foi deputado federal por dez mandatos, líder da bancada do PMDB, quando fui deputado federal, foi presidente da Câmara Federal, hoje ocupa o ministério dos Transportes, teve a felicidade de, recentemente, ser escolhido e nomeado pelo vice-presidente, que estava no exercício da presidência, do catarinense Vinícius Lummertz para presidir a Empresa Brasileira de Turismo, a Embratur.

Para nós da Assembleia Legislativa e da comissão de Turismo e Meio Ambiente é uma honra poder recebê-lo nesta Casa Legislativa, que é a sua agenda principal que foi o convite que realizei. Hoje o cerimonial do ministro definiu toda a agenda. Vamos aproveitar, o governador vai recebê-lo num almoço, protocolar junto com o vice-governador para no dia 15, às 15h, fazer uma visita ao Centro de Eventos de Florianópolis, no bairro de Canasvieiras. Obra financiada com recursos do ministério do Turismo. E às 16h30, o ministro vem neste plenário falar, em audiência pública, para o qual todo o *trade* turístico catarinense está convidado para participar, sobre os projetos

implementados e as políticas públicas definidas pelo ministério do Turismo em todo o Brasil e, de maneira especial, no sul brasileiro e no estado de Santa Catarina.

Quando da posse do presidente da Embratur Vinícius Lummertz, que lá estivemos representando esta Casa, podemos perceber que ele já deu o tom das mudanças e da nova forma de avaliar o turismo do nosso país. E o que pretendemos, obviamente, é que a vinda dele em Santa Catarina permita, deputado Darci de Matos, uma aproximação ainda maior com o estado catarinense que é a garantia, não apenas dos investimentos, mas ações de promoção do turismo brasileiro tenha enfoque voltado às características de Santa Catarina.

O nosso país, o Brasil é um país continental com características diferentes, como por exemplo, o turismo na Amazônia tem uma característica, o turismo no litoral catarinense tem outra, o turismo na serra catarinense tem outra. E obviamente, temos que trazer ao conhecimento do ministro essas diferenças, para que a promoção do turismo brasileiro possa levar em conta todas essas características. Nesse sentido, queria solicitar aos srs. deputados estaduais, primeiro, que possam repassar esse convite a todos os trabalhadores do setor de turismo catarinense a estarem aqui no plenário às 16h30.

Muitas universidades estarão presentes, coordenadores de cursos, professores, estudantes, universitários, todo *trade* turístico, as associações empresariais, aqueles que lidam no dia-a-dia do turismo catarinense numa oportunidade, já que, segundo o histórico, talvez seja a primeira vez que o ministro de Turismo venha diretamente à Assembleia Legislativa falar na comissão de Turismo.

Neste sentido, quero agradecer ao deputado Henrique Eduardo Alves. Após a sua vinda, terá uma agenda política com o PMDB, onde estará reunida toda bancada estadual e federal catarinense. O presidente nacional do partido, senador Valdir Raupp, também estará em Florianópolis acompanhando esta visita.

Às 19h, obviamente, teremos um evento partidário do diretório municipal, no qual vou reassumir a presidência do diretório, num ato político do PMDB, mas com muitos partidos participando, demonstrando a unidade que vivemos, especialmente após o falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira. O PMDB, diante de toda dificuldade, quando perde uma grande liderança, busca cada vez mais a unidade, se integrar, se reforçar, e buscar, obviamente, que todo o seu programa partidário, que busca uma sociedade mais democrata, mais justa, possa se concretizar. Obviamente que não se concretiza apenas com um partido, mas com a formação de blocos partidários que têm o mesmo pensamento e a mesma maneira de agir.

Então, é uma oportunidade impar para Florianópolis, para Santa Catarina, para esta Casa Legislativa, para a comissão de Turismo e Meio Ambiente, estar recebendo o ministro do Turismo. E, acredito, também para o PMDB catarinense, que traz as suas principais lideranças ao estado de Santa Catarina, a Florianópolis, prestigiando o diretório municipal, onde reinício o meu mandato como presidente do partido.

Ato contínuo, sr. presidente, quero fazer uma manifestação sobre o anúncio das concessões do governo federal em Santa Catarina. É importante citar que não são apenas as concessões federais que resolvem o problema dos investimentos em Santa Catarina, é necessário se fazer muito mais. É importante frisar que, mesmo tendo a discussão da ausência da Ferrovia do Frango neste pacote de concessões, o governo federal busca viabilizar, com recursos da iniciativa privada, novos investimentos no nosso estado.

Mas é obvio que o Poder Público Federal tem a obrigação de continuar investindo, e não apenas discutir esse formato de concessão para que os recursos possam, efetivamente, acontecer em nosso estado. Nós temos que trabalhar, sim, para que os cortes do Orçamento, em função do ajuste fiscal que o governo federal vem realizando, não atinjam obras de grande interesse em Santa Catarina, não

atingam obras de grande interesse na Grande Florianópolis, e não atingam obras de grande interesse no meio-oeste, deputado Natalino Lázare, que já estavam programadas a se concretizar.

É importante a bancada federal catarinense estar unida neste processo, e eu tenho conversado com frequência com o deputado Mauro Mariani, do PMDB, que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, obviamente, na luta incessante para que os ajustes necessários tenham o menor impacto possível aqui em Santa Catarina.

Também trago o relato da visita que eu e o deputado Mario Marcondes realizamos ao diretor geral do DNIT, em Santa Catarina. O deputado Mario Marcondes participa da Frente Parlamentar para a Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis, junto conosco. E, no debate com o sr. Vicilar Preto, que é o superintendente do DNIT em Santa Catarina, ficou definido, diante da necessidade da implementação de toda obra de revitalização da BR-282, conhecida como Via Expressa, a obra que dá acesso à Florianópolis, que um projeto executivo que deva estar concluído no início do segundo semestre, deputado Darci de Matos, e prevê investimentos de R\$ 385 milhões. Provavelmente, é um projeto a ser implementado no decorrer de quatro, cinco, seis anos, mas que essa proposta de licitação possa ser desmembrada, e o recurso do governo federal, que já está disponível, possa permitir e concretizar a terceira via da Via Expressa, ou seja, ter uma terceira via em cada sentido, tanto para aquele que chega, quanto para aquele que sai de Florianópolis, dando uma nova realidade ao nosso estado.

Nós fomos recebidos, também, em Brasília, pelo ministro dos Transportes, que solicitou imediatamente o contato com o diretor-geral do DNIT, no Brasil, que nos recebeu em conjunto com o senador Dário Berger, o deputado Edinho Bez, os vereadores da capital e lideranças da Grande Florianópolis, para discutirmos a urgência e a necessidade das obras a serem investidas na nossa região.

E essa proposta permite que 15% do investimento possa acontecer de maneira imediata, com parte da licitação já sendo implementada e que, discutida posteriormente, venha minimizar consideravelmente os problemas de mobilidade urbana da nossa região.

Quero agradecer ao PR, ao deputado Jorginho Mello, que se inseriu nessa discussão, já que o ministério é dirigido pelo Partido da República, no sentido da proposta poder avançar cada vez mais e termos essa obra concretizada.

Trago também o relato de que recebemos durante a semana moradores da Vargem do Bom Jesus e da Vargem Grande para tratar das obras de duplicação da SC-403, que vai até o bairro dos Ingleses. Essa obra está sendo encarada como uma grande rodovia, entretanto passa numa área urbana, totalmente consolidada. É uma via duplicada, numa área totalmente urbana. Não se trata apenas de descer a SC-401 até os Ingleses, mas é preciso que a obra passe pela Vargem Grande e pela Vargem do Bom Jesus.

Hoje, inclusive, os moradores pararam o trânsito por vinte minutos, e deixaram muito claro que o desejo não era trancar o trecho naquele local, mas permitir que fosse ouvida a comunidade com relação a um pequeno trajeto usado por todos que saem da Vargem Grande. Serão 400m de asfalto para poder facilitar a chegada até Florianópolis pelo elevado da Vargem Grande que vai ser construído, ao invés de todo um retorno até o Morro do Maurício, quase nos Ingleses, que seria um trajeto de quase 6km, sem contar que iria congestionar ainda mais aquela rodovia.

Entrei em contato com a secretaria de Infraestrutura que recebeu essa proposta, através do engenheiro Ivan Amaral que é o fiscal da obra e do secretário de Infraestrutura, que é o responsável por essa obra, que foi licitada pela secretaria com o propósito de fazer esses pequenos ajustes. É preciso, sim, quando se realiza uma obra, ouvir a comunidade do seu entorno para entender as pequenas adequações que podem melhorar efetivamente a vida da comunidade, porque muitas

vezes o bairro é dividido, criando problemas para as crianças que iam de um lado para o outro para frequentar a escola, a creche, para as pessoas que trabalham no comércio, pegam ônibus. Então, é necessário ouvir os moradores e fazer os pequenos ajustes para melhorar ainda mais o resultado final das obras do norte da ilha, especialmente da duplicação da SC-403.

Falando em norte da ilha, estivemos na reunião na última segunda feira do Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha, o Codeni, que reúne 52 entidades do norte da ilha que trabalham em conjunto com o objetivo muito claro de intermediar ações que possam aprimorar o desenvolvimento daquela região. Eles estarão conosco quando da visita do ministro ao Centro de Eventos, pois têm sugestões para apresentar.

Hoje, Florianópolis depende do turismo, e há a necessidade de uma política para trazer o turista não apenas na temporada. É preciso quebrar essa sazonalidade tendo um fluxo de turista contínuo todo o ano. E o pico no número de turistas, como ocorre no réveillon, muitas vezes atrapalha, já que os investimentos em energia e saneamento são maiores para atender esses dias. Então, a busca do turista no ano inteiro é melhor.

Fiquei feliz quando foi anunciada aqui a liberação da licença ambiental da subestação de esgoto dos Ingleses, que permitirá atender toda aquela região. Estamos aguardando que a licença de instalação possa ser concluída e a obra licitada. E com isso também se discute as novas estruturas de abastecimento de energia. Se não houver uma nova estrutura de energia elétrica, inviabilizar-se-á a distribuição em toda aquela região.

O Sr. Deputado Darci de Matos- V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Gean Loureiro, eu quero enaltecer e elogiar o seu pronunciamento. Ontem, eu falei rapidamente desse momento acertado pelo governo federal, a presidente Dilma, o PT se modernizou, avançou, evoluiu e dá essa possibilidade das concessões

para portos aeroportos, rodovias, ferrovias, trazendo recursos internacionais e da iniciativa privada para melhorarmos a infraestrutura de Santa Catarina e do Brasil.

E o estado, efetivamente, nós, aqui, sempre dissemos que tem que cuidar da educação, da saúde e da segurança pública. Portanto, está de parabéns o governo federal e acho que esse momento importante que passamos a aquecer a nossa economia.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Apenas aproveito para trazer o registro do deputado Patrício Destro, que preside a Frente Parlamentar dos Portos e Aeroportos, que já foi aprovado o requerimento de minha autoria para discussão da situação do aeroporto Hercílio Luz, na comissão, sendo que nós vamos poder debater, porque existe a obra, não apenas a obra do acesso, mas a obra do terminal que tem uma série de dificuldades e como vai funcionar efetivamente a concessão. A experiência nos mostra que a iniciativa privada fazendo a gestão dos aeroportos tem um resultado muito melhor.

E quero dizer a todos os srs. deputados e sras. deputadas, que realmente é lamentável a situação do aeroporto Hercílio Luz, da vergonha de quem mora em Florianópolis e Santa Catarina ter um aeroporto nessas condições. E nós não podemos nos omitir em nenhum momento em mudar essa realidade e permitir que toda a infraestrutura do referido aeroporto possa ser modificada e, verdadeiramente, possamos chamar de aeroporto internacional de Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa. cumprindo o horário do PMDB.

Esta Presidência comunica que suspenderá a presente sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a Campanha) - Está reaberta a presente sessão.

Esta Presidência informa aos srs. deputados o cronograma das audiências públicas regionais. Todos receberam nos seus gabinetes as datas e os locais, mas informação básica dos dias 22 a 26 de junho, dos dias 06 a 10 de julho e nos dias 06 e 07 de agosto nós teremos o calendário das sessões regionalizadas, das audiências públicas regionalizadas. E as sessões não ocorrerão neste período.

Diferente do ano anterior não haverá sessões em paralelo. Enquanto estiverem sendo feitas as audiências públicas, não teremos sessões. Depois os deputados receberão nos gabinetes os cronogramas com os locais das audiências públicas.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 06 e 202.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

As mensagens de vetos estão retiradas de pauta.

Discussão e votação em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0096/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui o Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reúso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único, do Projeto de Lei n. 0108/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a

Associação Comunitária do Perpétuo Socorro, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2014, de autoria do governador do estado, que altera a Lei Complementar n. 0188, de 1999, e a Lei Complementar n. 0391, de 2007, que institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

A votação deste projeto ficará para o final da sessão, para que tenhamos quórum qualificado, uma vez que trata se de PLC.

Discussão e votação da admissibilidade da PEC n. 001/2015, que acrescenta artigo na Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplina a devolução espontânea de recursos financeiros do duodécimo do Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas ao Poder Executivo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade por unanimidade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, quero agradecer a v.exa. pela deferência em fazer com que a admissibilidade desta matéria tão importante para os hospitais filantrópicos, que está sendo aprovada nesta Casa. Muito obrigado a todos os srs. deputados que aprovaram essa admissibilidade na comissão de Constituição e Justiça, e que provavelmente será encaminhada a nossa comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Quero que fique bem claro, deputado Antônio Aguiar, que nos aprovamos a admissibilidade para que esta matéria tramite. A partir de agora, esta matéria seguirá todo o rito do debate, da discussão, e onde será debatido o conteúdo da PEC, até aqui discutimos a admissibilidade constitucional da matéria e não o conteúdo. A partir de agora, passaremos a discutir o conteúdo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, vou falar com relação ao tema que está em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Este tema não está mais em pauta, deputado Darci de Matos, já foi votada.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero me pronunciar sobre a PEC, eu não poderia me pronunciar no horário que estava se pronunciando o deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Já foi feita a votação, deputado Darci de Matos, mas eu vou conceder a palavra a v.exa. pela ordem, por até um minuto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu queria mais que um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Darci de Matos, nós vamos discutir esta matéria durante um longo período, então eu concedo a palavra a v.exa. por dois minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero, só na linha que v.exa. colocou, reforçar que nós votamos a admissibilidade, o que é praxe nesta Casa. Mas, quero dizer que essa PEC tem um mérito incontestável, deputado Antônio Aguiar. Todos nós sabemos da importância dos hospitais filantrópicos para Santa Catarina, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que é da Frente Parlamentar, efetivamente a grande maioria dos leitos e atendimentos são realizados pelos Hospitais Filantrópicos de nosso estado. E todos nós queremos buscar formas e meios para angariar recursos para os hospitais filantrópicos, que estão com o pires na mão e muitos à beira da falência.

Agora, vamos debater exaustivamente no fórum oportuno, ou seja, no plenário mais adiante e nas comissões técnicas, esta PEC, que tem muito mérito, mas infelizmente não tem fundamento legal nenhum. E nós temos talvez outras formas para resolver essa questão, quem sabe uma proposição. Eu estou estudando para apresentar a proposta de uma emenda coletiva, pois os hospitais estão precisando de recursos, nós temos trabalhado junto com os deputados Antônio Aguiar e José Milton Scheffer, a questão da retirada do ICMS da conta de luz dos hospitais e a renegociação das dívidas.

Mas a minha preocupação é que aconteça aquilo que já ocorreu com o projeto do deputado Jailson Lima, sobre o qual criamos uma grande expectativa de que os hospitais receberiam recursos oriundos do duodécimo dos poderes, deputado João Amin, e isso não se concretizou. Portanto, eu quero dizer e entendo que vale o debate, vale a discussão da importância dos hospitais. E quero externar a minha posição que não vamos lograr êxito, porque não tem fundamento legal. E o deputado Antônio Aguiar está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Darci de Matos, não querendo cercear o direito dos deputados de se manifestarem, quero dizer que vamos ter tempo, durante a tramitação da matéria, para fazer o debate do conteúdo da mesma. Hoje estamos votando a constitucionalidade, que foi aprovada. E sobre este tema não vou mais abrir debate, porque não há sentido. Na hora oportuna debateremos a matéria com o tempo necessário para que seja exaurida na sua plenitude.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, pedi a palavra, apenas para tornar pública a alegria de todos nós, porque o governador Raimundo Colombo nesta manhã, reunido com a presidente do Ibama, Marilene Ramos, conseguiu a licença ambiental da serra do Faxinal, uma obra que já foi licitada, de quase R\$ 100 milhões, do governo federal, mas estava faltando a licença ambiental para dar início às obras da serra do Faxinal, no município de Praia Grande. E agora com esta licença a empresa vencedora poderá iniciar os trabalhos.

É uma conquista de mais de 30 anos, do extremo sul catarinense, numa interligação entre os municípios de Praia Grande e de Cambará, no Rio Grande do Sul, obra que vem sendo esperada a muito tempo. Então, gostaria de dividir esta conquista do governador Raimundo Colombo e de todos nós que somos do extremo sul com esta Casa.

Quero também cumprimentar o deputado Antônio Aguiar pela iniciativa de buscar financiamento para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência informa que recebeu ofício da liderança do governo, pedindo que o Projeto de Lei n. 0170/2015 não seja deliberado e também para que altere seu regime de tramitação, retirando a urgência de tramitação da matéria.

Está acatado o ofício da liderança do governo. A matéria não será votada e deixa de tramitar em regime de urgência.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, qual é o número do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - É o Projeto de Lei n. 0170/2015.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Esse que altera os recursos do Fundam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu hoje chamava atenção dos componentes da comissão de Finanças justamente sobre este projeto, porque há muitos prefeitos aguardando e na expectativa de sua votação. E talvez por um lapso não estejam incluídos os recursos que ainda faltam em vários projetos que os municípios estão esperando. Inclusive hoje recebi dois prefeitos no meu gabinete, que tinham uma expectativa, e de acordo com a fala da secretaria da Fazenda, os recursos para os municípios estariam incluídos no projeto. Por exemplo, em Rodeio, o prefeito Paulo Roberto Weiss, o Paulinho está com uma obra parada, porque não recebeu recursos.

Entendo que seja importante que o governo segure e dê uma verificada neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A retirada de tramitação em regime de urgência, segundo orientação do deputado Marcos Vieira, que nós acatamos e também com a solicitação do líder do governo, permite apresentação de emenda em Plenário à matéria, o que deverá ser feito pelo governo, oportunamente. Por isso, a mudança de regime para que possamos receber a emenda em Plenário, reenviar a matéria para a comissão de Finanças para que após reanálise volte ao Plenário, tão logo seja aprovada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Só gostaria de concluir o raciocínio de v.exa., dizendo que também é lícito ao governo enviar emendas de Plenário, mas como o projeto de lei tramitava em regime de urgência, como também qualquer outro projeto que tramite em regime de prioridade não pode receber emenda de Plenário, então o ofício recebido, que muda o rito de tramitação de urgente para ordinário, é exatamente para poder receber a emenda de Plenário. E aí, sim, recebido e lido no expediente retornará à comissão de Finanças para deliberação naquela comissão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação a este projeto, o que tem que ficar bem claro para todos os srs. deputados e sras. deputadas é que houve um equívoco por parte dos recursos destinados à Procuradoria Geral do Estado. Então, há pouco me ligaram os secretários da Fazenda e da Casa Civil, pedindo que não votássemos este projeto hoje, isso para que no transcorrer da semana consigamos equacionar efetivamente os assuntos de interesse do governo.

Logicamente que a partir da não votação no dia de hoje, o governo sabe que perdeu o rito de regime de urgência, conforme falei há pouco com os secretários.

Mas de qualquer forma, gostaria de dizer que hoje, mais de 56 prefeituras estão na iminência da aprovação deste projeto para que o governo possa assinar os convênios do Fundam.

São convênios que a grande maioria dos municípios já assinou, mas por problemas dos municípios, tem que se deixar claro aqui, na questão de tramitação junto ao BRDE dos projetos,

que houve esse retardamento de aprovação lá no BRDE. Mas, de qualquer forma, nós aqui enquanto parlamentares, também temos que entender a angústia dos srs. prefeitos de quanto antes assinarem esses convênios antes se iniciam as obras. Então, para deixar claro aqui para o plenário. E agradeço a v.exa. pela oportunidade.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, por sugestão, acho que a própria Presidência da Casa deve tomar a iniciativa de solicitar, por parte do governo, a emenda de plenário. E que, se possível, chegue a esta Casa até amanhã, para que seja lido no expediente de amanhã. E na condição de presidente da comissão de Finanças, sugiro que possamos encaminhar a emenda do plenário ao relator, para que ele possa emitir seu relatório, e por consequência dar vistas amanhã ao projeto de lei, no sentido de deliberarmos isso em reunião extraordinária na terça-feira ou na quarta-feira. Para só, então, vir a plenário e vermos esse projeto aprovado. Até porque no dia de hoje o parecer foi aprovado por unanimidade dos srs. deputados naquela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

Esta função, obviamente o líder do governo deverá fazer, mas como não está presente hoje, está viajando, o vice-líder, ou o deputado Ismael dos Santos, que nesse momento representa o deputado Silvio Dreveck, encaminhará ao governo essa sua solicitação.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, outra temática, apenas retomando, é só para esclarecer, nos dias em que houver o

Orçamento Regionalizado não haverá sessão ordinária. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sim, não haverá sessão ordinária.

Discussão e votação da Moção n. 0072/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, sugerindo à diretora do PROCON do estado, elaboração de norma para estabelecer períodos em que os consumidores poderão ser abordados pelos fornecedores de produtos e de serviços de telemarketing, proibindo as ligações aos sábados, domingos e feriados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da Moção n. 0073/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, manifestando aplauso ao Presidente da Liga Atlética da Região Mineira, pelo aniversário de fundação desta entidade esportiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário o Requerimento n. 0556/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao Presidente da FATMA, Solicitando informações acerca do auto de infração ambiental aplicado à Mineradora Ravlen.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0557/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado à Superintendente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Estado, solicitando informações acerca do andamento do Relatório de Vistoria das dunas da Praia da Ribanceira, em Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0558/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao presidente da FATMA, solicitando informações acerca da atual situação da análise do processo de licenciamento ambiental, de empreendimentos da Celesc Distribuição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0559/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao presidente da FATMA, solicitando informações acerca da atual situação da análise do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da Celesc Distribuidora, LT 138KV Biguaçu RB - Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0560/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao presidente da FATMA, solicitando informações acerca da atual situação da análise do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da Celesc Distribuição, SE 138KV Ingleses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0549/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0550/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0551/2015 e 0552/2015 de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0553/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0554/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0555/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0437/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0438/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0439/2015 e 0440/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0441/2015 e 0442/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0443/2015, 0444/2015, 0445/2015, 0446/2015, 0447/2015 e 0448/2015, de autoria do deputado Vicente Caropreso; 0449/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Só uma informação, por favor! Eu só quero pedir aos líderes dos partidos que façam indicação de um membro de cada partido, pois estaremos encaminhado um ofício para a criação da Frente Parlamentar em Defesa do SUS, que será instalada na semana que vem, dia 16, e também à Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública.

Então, pedimos que cada partido faça indicação para que essas duas frentes parlamentares sejam compostas por todos os partidos desta Casa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Só para registrar a presença dos alunos da Unoesc, de Xanxerê, que estiveram nesta Casa, também do professor Vinícius Almada Mozetic, meu amigo particular, sempre estou no Center Hotel, minha casa em Xanxerê.

Eu sei que vocês foram acolhidos pelo presidente Gelson Merisio e que estão muito contentes por conhecerem os poderes estaduais. Mas fazer o nosso registro e abraços a todos os estudantes da Unoesc e ao professor Vinícius.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, Rádio Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje.

Gostaria de trazer algumas novidades importantes e fundamentais para a região sul do estado.

Há 15 anos começamos um trabalho incansável pela serra do Faxinal, lutando, trabalhando, mobilizando até convencer, na época, o governador Luiz Henrique da Silveira, a colocar no BID e executar a obra.

Era para dar a ordem de serviço, um encontro extraordinário, mas a ordem não saiu. Fui ao DNIT às 2h da manhã e eles disseram que a ordem de serviço não estava totalmente correta, mas era a única maneira de irmos lá cumprir com a nossa missão. Feito o acerto, conseguimos iniciar a obra.

Quando a obra está indo a todo vapor, o que aconteceu? Uma procuradora da República entrou com uma ação, a chamada ação das pererecas, a famosa ação das pererecas que foi falada no Brasil inteiro, e parou a obra. Hoje o governador Raimundo Colombo está iluminado, porque arrancar uma licença ambiental no Ibama, tem que estar iluminado!

Queremos aqui cumprimentar o governador que abraçou esta causa para arrancar essa licença. Licença esperada há tanto tempo e, agora, já temos condições de chamar a empreiteira para começar a obra. Mas eu pergunto: quem vai pagar a diferença da conta? Porque quando nós fizemos a primeira licitação da obra, que ia a todo vapor, iria custar R\$ 27 milhões, e hoje ela vai custar R\$ 64 milhões. Quem vai pagar a diferença? É a procuradora da República ou é o povo? É o povo sempre! É o povo brasileiro sempre pagando as contas. Mas essa obra é de uma importância sem limites para a nossa região. Vamos ligar a nossa região com o município de Canela, de Gramado. Até com o município de Caxias do Sul.

E para ir de Araranguá até esses municípios vai levar pouco mais de 1h30. E ainda vai passar pela maior beleza do mundo, que é a Cidade dos Canyons, Praia Grande, Itaimbezinho. A maior beleza do mundo! Não tem em nenhum lugar do mundo a beleza como a do Itaimbezinho. Quer dizer, essa obra é uma obra turística. É uma obra que vai ter uma repercussão extraordinária. Em Praia Grande irão investir muito em rede hoteleira.

Mas o importante é que Caxias do Sul não tem mais como absorver a mão de obra, então as empresas estão contatando com o prefeito para descer para Praia Grande e São João do Sul,

instalando-se ali pela maior possibilidade de mão de obra. Então, é ganho real para Santa Catarina.

Então, hoje é um dia marcante! Eu estava até meio aborrecido, mas consegui, deputado Dalmo Claro, levantar a cabeça, ficar feliz, porque o governador nos transmitiu essa alegria, essa felicidade, de lá para cá, quando ligou logo depois do meio-dia. Acho que o sul ganhou muito, a região do vale do Araranguá ganhou mais ainda, porque é uma obra que vai deslocar pessoas de todos os lugares de Santa Catarina, do Brasil e do mundo, em função das belezas naturais, que são muito grandes. Quando tudo estiver asfaltado e a população puder conhecer aquelas belezas, evidentemente que vamos ter um desdobramento positivo muito grande.

Há 20 dias, o governador Raimundo Colombo assinou um convênio com a Cooperativa de Praia Grande, de R\$ 14 milhões, deputado Dalmo Claro, porque as empresas vão se instalar e teriam problemas com a energia. Agora, não terão mais esse problema, porque essa subestação vai suprir toda energia que os investimentos necessitarem. Essas são duas notícias muito agradáveis. O governador disse que na semana que vem ou na próxima, teremos, lá em Praia Grande, uma comemoração, deputado Valmir Comin. Vamos fazer uma festa para ver as máquinas no local, para vê-las começar a roncar.

Nós já tivemos muita discussão com as obras da Serra do Faxinal, eu e o eminente deputado e amigo Joares Ponticelli, até que a procuradora fez aquela ação. Mas hoje deixo aqui uma interrogação, porque a obra pronta custaria R\$ 27 milhões, e agora custará R\$ 64 milhões. E o dinheiro não é do governo federal, o dinheiro é do BID! O estado de Santa Catarina vai ter que pagar, evidentemente, mas, hoje, graças a Deus, foram iluminados, e pudemos trazer esta licença. Agora, nós, com a licença e tendo o recurso da subestação, vai haver melhoria na qualidade de vida do povo, tremendamente, pelas indústrias que ali vão se instalar.

Hoje, nós temos a serra da Rocinha, que está fechada. Ameaçaram desfazer o bloqueio. Trancaram, deputado Valmir Comin, a serra da Rocinha, desde 9h do dia de hoje, e vai ser o dia todo. Amanhã e sábado também será o dia todo para mostrar a Santa Catarina e ao Brasil que não suportamos mais a questão ambiental.

A ministra Ideli Salvatti, à época, trouxe uma ordem de serviço. Já faz um ano e a licença ambiental também não sai, ficou pendurada. A empresa Cetep, uma grande empresa de Criciúma, comprou equipamento novo para fazer a obra, e o equipamento está quase velho mesmo sem usar, porque a obra ainda não aconteceu.

Então, é preciso, sim, que essas ações sejam verdadeiras, não trazendo ilusão à população. A população espera resposta, resultados, dos políticos, até porque eles votaram nos políticos em cima de resultados, em cima de dias melhores, deputado Dirceu Dresch. É isso que espera a população, dias melhores. Então, hoje, nós temos um dia iluminado, o sul de Santa Catarina vai ganhar uma obra sem limite, fundamental, e vamos ter um turismo, que já é forte na região.

Por isso, tenho convicção de que vale a pena a lutar, foram 15 anos de luta até o Luiz Henrique da Silveira assumir o compromisso. Agora, entretanto, mais quatro anos se passaram por causa daquela ação da perereca, mas hoje a perereca pode ficar sossegada porque não tem mais problema nenhum, a obra vai acontecer. A procuradora disse que só tinha dois casais de perereca, mas tem milhões de pererecas lá na região, evidentemente.

Evidentemente, isso tem um peso para o estado de Santa Catarina. Mesmo sendo recurso do BID, tem que ser pago. Uma conta de R\$ 27 milhões vai para R\$ 64 milhões. Quem paga a conta? É a procuradora? Ela deveria pagar a conta. Hoje, estamos felizes porque a população da região ganhou uma obra muito importante e fundamental para o sul do estado.

Quero agradecer aos srs. deputados. E vamos juntos comemorar a hora que as máquinas roncarem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero apenas justificar que amanhã não estarei presente na sessão, pois estou me dirigindo ao congresso do Partido dos Trabalhadores em Salvador, na Bahia. E quero apenas comunicar que tivemos um grande aumento no número dos filiados ao partido. Neste ano chegamos a mais de 170 mil novos filiados. São 47 mil pessoas na fila, no processo de filiação. Hoje o PT é um dos maiores partidos do Brasil, mesmo com toda a tortura que a grande imprensa faz, nós temos mais de 1,8 milhões de filiados. Então, queria apenas fazer o comunicado de que estarei ausente na sessão de amanhã para acompanhar o debate nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - (Passa a ler)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estou empenhado numa campanha de convencimento, no âmbito da administração pública estadual, pela federalização do trecho da SC-477, entre Papanduva e Canoinhas. Tenho plena convicção de que essa é a melhor maneira de recuperar esse importante entroncamento rodoviário de ligação entre a BR-280 e a BR-116, no Planalto Norte, com benefícios para todos os usuários, mas em especial para quem vive naqueles municípios, bem como para as populações de Major Vieira, Bela Vista do Toldo e Monte Castelo.

Essa alternativa me foi apresentada pelo engenheiro do DNIT de Mafra, Izaldo Carlos Kondlastch, sempre interessado nos temas rodoviários do Planalto Norte. Ele alertou para o fato de a SC-477, especificamente naquele trajeto, fazer parte do Plano Nacional de Viação, o PNV, classificada como uma rodovia passível de federalização.

Por que isso acontece? A classificação de rodovia SCT, ou seja, uma estrada catarinense

em transição para rodovia federal ocorre justamente pela condição estratégica de seu traçado. Pois o trecho entre Papanduva e Canoinhas completa um triângulo, que tem suas outras arestas com os trechos entre Canoinhas e Mafra, da BR-280, e o trecho entre Mafra e Papanduva, na BR-116.

E o que é necessário para que a federalização aconteça? Qual é a vantagem para Santa Catarina? Esse foi o motivo da audiência que mantive com o secretário da Infraestrutura João Carlos Ecker, e também motivo de contato feito com o governador Raimundo Colombo, a quem dirigi indicação aprovada nesta Casa no mês de abril, sugerindo a adoção de medidas necessárias à federalização daquele trecho.

A questão é bastante simples: o trecho rodoviário tem percurso de aproximadamente 34 quilômetros de extensão e se encontra em mal estado de conservação. O estado tem recursos limitados e a União pode recuperar a estrada mais rápida, se a federalização ocorrer.

Mas, antes é necessário que o estado contrate o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que é condição inicial para deflagrar a federalização."

Então, esse estudo técnico ambiental foi pedido na audiência com João Carlos Ecker, que já está providenciando o seu encaminhamento.

(Continua lendo.)

"O Planalto Norte tem grande interesse na recuperação dessa estrada, e se é possível alcançar recursos federais com mais facilidade, então acho que encontramos um caminho adequado para trilharmos em busca de uma estrada mais segura, e do atendimento dos interesses dos catarinenses.

Com a realização do estudo técnico, o estado vai gastar cerca de R\$ 1 milhão, para recuperar a rodovia, teria que gastar mais ou menos R\$ 25 milhões, pois é uma estrada que precisa passar por uma completa recuperação do asfalto, correção de curvas e sinalização, ou seja, uma quantia significativa que Santa Catarina pode economizar.

Essa solução deu certo com a BR-280, no trecho entre Canoinhas e Porto União. Foi federalizada e se tornou uma rodovia muito mais segura. Santa Catarina ganhou com a federalização, cujo processo legal passou por deliberação dessa Casa, já que o Executivo remeteu ao parlamento um projeto prevendo o repasse daquele trecho rodoviário para controle da União.

A BR-280, por sinal, agora faz parte do pacote de concessões de controle de rodovias, portos e aeroportos à iniciativa privada. Com o leilão dessa rodovia, vai ser pedagiada, e muda uma cultura entre usuários, que vão ter que pagar para utilizar a estrada. Sempre surge uma intensa polêmica entre moradores e usuários das regiões onde são implantados sistemas de cobrança de pedágio. E desde já quero me posicionar. Se as estradas forem bem conservadas, seguras e garantida a trafegabilidade, então podemos aceitar as concessões, que de certa forma representam uma privatização da rodovia. Preservando-se também a garantia de trânsito local sem pedágio no âmbito dos municípios, mesmo que a partir de rotas alternativas, como margens das rodovias.

No caso da BR-280, será preciso resolver graves gargalos de trânsito, como é a questão do acesso a São Francisco do Sul, com sua intensa demanda de caminhões em razão do porto. Também há sérios problemas de trânsito urbano em Guaramirim e Jaraguá do Sul. Quase o mesmo acontece no perímetro urbano de Porto União, que certamente terá que ganhar uma alça rodoviária fora da cidade. São questões que envolvem o processo de privatização de rodovias que teremos que acompanhar atentamente, pois são questões de grande interesse para os catarinenses.

Por fim, quero também lembrar a necessidade de termos muito cuidado com a escolha de empresas que tocam obras há muito esperadas por nossa população. Há casos de empreiteiras sem idoneidade que acabam assumindo trechos rodoviários e as obras não andam. Nós estamos atentos a algumas questões. A ligação entre o Planalto Norte e o Vale do Itajaí, de Itaiópolis a Doutor Pedrinho é

um exemplo. Nós precisamos encontrar solução. Tenho convicção de que o governo quer realizar essa obra e vai achar meio de colocar gente responsável para dar andamento, nem que precise anular uma concorrência e fazer outro processo de licitação. É o caso desse trecho da rodovia, onde a empreiteira Reis, que era a sétima colocada na licitação assumiu o trecho da rodovia. Temos que mudar esse tipo de atitude, maus empresários têm que ser riscado da lista das licitações e dos trabalhos que fazem, não apenas em Santa Catarina, mas pelo Brasil.

Esse nosso pronunciamento a respeito das rodovias veio muito bem a calhar com o pacote feito pelo governo federal, pela presidenta Dilma, que quero agradecer. Ela beneficia a BR-280, que fica no planalto norte, ligando Mafra a Porto União. É muito difícil vir aqui agradecer. Nem isso os usuários fazem, mais nos criticam bastante quando as estradas estão esburacadas. No entanto, quando as coisas vão bem não são capazes de elogiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Obrigado deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero registrar a presença do sr. Josimar que é secretário de Agricultura do município de Bom Jardim da Serra, e do sr. Marco também que é servidor da secretaria e que estão acompanhados pelo sr. João que é também um grande batalhador deste município. Então cumprimentá-los a todos.

Quero também registrar que hoje temos a grande Feira do Mel aqui na capital, que acontece todo ano, divulgando este produto extraordinário da produção agrícola do nosso estado. Está instalada próxima ao terminal urbano, a grande feira no dia de hoje, com diversos produtos, que advém da produção de abelha no nosso estado de Santa

Catarina. É a combinação com a preservação ambiental, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Obrigado deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do ex-deputado estadual Plínio de Castro, hoje prefeito de São José do Cedro, que muito contribuiu com o parlamento de Santa Catarina. Seja bem-vindo prefeito Plínio!

Com a palavra, por até dez minutos a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada presidente! Também cumprimentar o prefeito de São José do Cedro, Plínio. Deputado Antônio Aguiar antes que v.exa. se retire do plenário, quero agradecer pela alusão ao Programa de Investimento as Concessões do estado de Santa Catarina. Eu também fico feliz quando pedem para federalizar uma rodovia, pois é sinal que é bom federalizar. E quero fazer o registro, porque até um tempo passado se falava apenas em estadualizar as rodovias federais, agora nós temos o processo inverso federalizar as rodovias estaduais. Mas quem ganha com isso, com certeza, é a população, pois o plano prevê a BR-480, a BR-476, a BR-153 e a BR-282 em alguns trechos do estado também.

Eu quero também registrar que esse pacote, ainda não foi anunciado, mas está em andamento. O deputado Dirceu Dresch pediu inclusive um tempo na fala do deputado Serafim Venzon para informá-lo com relação à Ferrovia do Frango. Que não foi mencionada no plano das concessões, mas nós temos um projeto em estudo que deverá ser divulgado em dezembro do ano que vem.

Este projeto está na fase inicial de viabilização dos estudos técnicos, econômicos, operacionais e ambientais, que é o chamado EVTA. Enfim, a Ferrovia do Frango também está em estudos e até o final do próximo ano nós teremos a elaboração dos estudos técnicos necessários, incluindo o próprio traçado. Hoje estamos debatendo se começa em Dionísio Cerqueira e vai até o porto de Itajaí, ou então outro traçado incluindo, por exemplo, o Planalto Norte. Esse é

um projeto extremamente aguardado pela população do estado inteiro.

Eu quero fazer menção à audiência que realizamos hoje pela manhã, na comissão de Educação. Uma audiência muito importante que tratou dos investimentos no Fies e também dos investimentos no art. 170 e 171. Lembrando que em Santa Catarina nós temos 17.900 estudantes com Fies - Fundo de Financiamento Estudantil -, só no sistema Acafe. São mais ou menos 14% dos estudantes do sistema Acafe. E se somado a isso, nós temos mais o Prouni e o Proies. Ou seja, todas as possibilidades de avanço no ensino superior a partir também dos recursos públicos estaduais e federais.

Quero fazer menção aos dois temas que tratamos hoje, e falar sobre os encaminhamentos que foram dados:

Primeiro com relação ao Fies, nós reconhecemos e queremos referendar a importância deste programa feito pelo governo federal, e que apesar de algumas pessoas não reconhecerem, este programa teve inúmeros avanços. Lembramos que em 2010, havia apenas 76.200 mil contratos anuais, e ano passado nós fechamos, incluindo melhor dizendo, no primeiro semestre deste ano, fechamos a soma 2.152 milhões contratos. Portanto, não há como negar que o Fies avançou muito, tanto que hoje se tornou referência no financiamento estudantil. Este ano tivemos a solicitação de mais ou menos 500 mil estudantes, destes, 252 mil estudantes foram atendidos, e esse outro percentual que deverá ser atendido aos poucos, inclusive o ministério da Educação já informa a reabertura da segunda etapa do Fies para o segundo semestre.

Além, de identificar que houve um grande avanço, e foi unânime isto na audiência, também temos uma proposição importante, não é porque houve avanços que não temos dificuldades e problemas. A comissão de Educação, Cultura e Desporto, a partir dessa audiência, fará outra audiência com o ministério da Educação, entregando ao ministro da Educação um documento que vai solicitar a modernização do sistema de acesso à

inscrição ao Fies, em função da demora, do choque de inscrições o que acabou dificultando também a celeridade do sistema, e ao mesmo tempo divulgando de forma transparente o limite orçamentário. Todos nós sabemos que o Poder Executivo não é um saco sem fundo, ele tem limite, portanto, se tem limites nós precisamos dizer aos estudantes qual é o limite, para que estes estudantes possam saber que esse financiamento tem um percentual de atendimento. Também com relação ao Fies temos o entendimento que podemos ter um Fies no âmbito estadual. Se há um Fies nacional, porque não ter Fies com fundo criado com recursos do estado de Santa Catarina?

O terceiro encaminhamento é que desde que foi criado o art. 170, incluído na Constituição do Estado de Santa Catarina, no ano 1989, de lá para cá os constantes governos nunca cumpriram a lei que previa 5% de assistência financeira constitucionalmente garantida através de bolsas de estudo. Em 2008, foi 2.8% em 2009 foi 3.21% em 2010 foi 2.95% em 2011 foi 3.36% em 2012 3.05% em 2013 foi 3.14 e em 2014 não chegou a 2%. Lembramos que a lei prevê 5%.

Então, o entendimento é que se o estado deve mais ou menos R\$ 600 milhões, sem fazer cálculos de juros, nós estamos fazendo um cálculo bem genérico. O próprio Tribunal de Contas, nos seus pareceres, tem reiterado que o nosso estado não está cumprindo com o mínimo constitucional. E os alunos que estão nos assistindo podem ter certeza, que se o estado de Santa Catarina cumprir com o mínimo constitucional, que é 5%, vai conseguir dobrar as bolsas de estudo do art. 170 e do art. 171 em nosso estado.

Então, se nas universidades, na Unoesc, Universidade do Oeste, na Unochapecó, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, na Unidavi, Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, na Unisul, Universidade do Sul de Santa Catarina, têm alunos sem bolsas de estudo, é porque não estão cumprindo com os 5% conforme a lei aprovada em Santa Catarina determina.

Então, nós também aprovamos como encaminhamento da audiência o cumprimento da lei por parte do governo do estado.

Por último, outro encaminhamento aprovado foi com relação às mudanças que o nosso estado, através da secretaria de Educação está promovendo em todos esses programas. Nós fizemos acordo com a secretaria de estado da Educação, na figura do professor Gilberto Luiz Agnolin, que estava representando o secretário de estado da Educação, no sentido de que só deva vir a esta Casa as mudanças após o momento em que as mesmas sejam construídas com a comissão de Educação desta Casa, para que possamos aperfeiçoar o sistema e ao mesmo, deputado Maurício Eskudlark, tempo garantir mais bolsas de estudo aos nossos alunos.

Sabemos que precisamos ampliar o acesso ao ensino superior. E do ponto de vista da taxa líquida hoje são apenas 20% no Brasil e nós aprovamos uma legislação nacional que prevê, no mínimo, até o final da década - e a lei foi aprovada em 2014 - até o final de 2024 chegarmos a 50%. Isso significa que mais recursos devem ser investidos no acesso ao ensino superior.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero registrar alguns fatos importantes, que já foram citados da tribuna por todos os deputados, sobre a questão das concessões, e de o Brasil não parar, principalmente Santa Catarina que também está aguardando várias obras federais. Temos as duplicações das BRs e outras obras.

Vemos que da forma como está sendo administrado o governo federal não consegue dar conta. Então, essa participação da iniciativa privada vai ajudar a desenvolver o nosso estado e a diminuir os gargalos que atingem hoje a nossa

economia, principalmente pela questão do transporte.

Temos rodovias em boas condições, mas temos também rodovias em péssimas condições, principalmente rodovias federais e rodovias sem previsão de recuperação, com um trânsito muito além daquilo que a capacidade de movimento da rodovia suporta.

Acho esse fato importante para Santa Catarina e talvez até algumas rodovias, alguns trechos a mais serão pleiteados por regiões para inclusão, apesar de que o governo federal, com essas parcerias, ficará com uma área de rodovias menor para manter e talvez consiga fazer de acordo com o previsto, já que ficará com uma responsabilidade reduzida. Mas vejo que essa é uma questão muito importante para a economia catarinense.

Tem-se falado tanto na segurança, e quero registrar que temos uma população que clama por segurança, mas os agentes, os profissionais da Segurança Pública é que têm essa responsabilidade. No entanto, há falta de efetivo em todas as instituições, seja nas Polícias Civil, Militar ou no Corpo de Bombeiros. Elas não têm ainda o efetivo ideal ou necessário, se é que existe um ideal. Temos visto que o governo do estado tem feito à reposição dentro do possível e procurado atender todas as regiões.

E nessa semana, depois do feriadão do Corpus Christi, acompanhava na Rádio Menina, 100.5, de Balneário Camboriú, na TV Moçinha, através do canal 100, do meu amigo Tigrão, a entrevista dele com o coronel Evaldo Hoffmann, comandante do Batalhão de Balneário Camboriú. E ouvimos como é possível fazer mais com o que se tem. Se não dá para aumentar o efetivo temos que buscar, operacionalizar de forma que aquele mesmo efetivo possa dar maiores resultados.

E o que a gente sentiu em Balneário Camboriú e região, temos que destacar também o trabalho do coronel Reinaldo Boldori, que é o comandante regional. E o Evaldo Hoffmann, que é o comandante do batalhão, que conseguiu mobilizar uma tropa, fazer uma integração com a Guarda Municipal de

Balneário Camboriú, fazendo operações conjuntas em todo o feriadão. Nós vimos à presença da segurança pública mais próxima do cidadão. É isso que se busca. Claro que temos vários caminhos a fazer, formar, preparar nossos novos policiais, mas, nós que temos ainda e espero que sempre tenha a melhor segurança do Brasil, podemos fazer mais com o efetivo, com os profissionais que temos que são de grande qualidade comprometida. Quando tem um comprometimento também do comando, comprometimento da chefia faz uma diferença. Muitas vezes não é o número de profissionais, mas é a forma de empenho, de entrega, de vontade de realizar o serviço que traz resultados. Nós vimos nesse trabalho ocorrido em Balneário Camboriú e na região que a valorização, a motivação do efetivo da Polícia Militar junto com a Guarda Municipal, com a Polícia Civil, fizeram operações e nota-se uma mudança na segurança. Claro que tem que ser constante e que precisamos de mais evolução. Isso é lógico. Há um pleito também dos aprovados do último concurso. E o governador já autorizou a contratação dentro da possibilidade do caixa do estado, da secretaria da Fazenda.

Hoje, sr. presidente, conversava com o secretário da Fazenda Antonio Gavazzoni, que realmente conseguiu otimizar a administração da Fazenda, os recursos. Conseguiu ganhos consideráveis nos últimos anos para todas as categorias. Isso é para a segurança pública também, para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. O governador autorizou a contratação dos aprovados da Polícia Civil, assim como aquele chamamento que está ocorrendo de Policiais Militares, que tem sido em torno de 1.000 a 1.500 por ano. Mas, claro a Fazenda depende de acompanhar a receita do estado para que esse chamamento possa acontecer. Talvez não seja de imediato, mas deve ser próximo, essa é a nossa expectativa.

Então, digo isso porque todos os dias os nossos *e-mails* como deputado, como liderança, têm sido cobrado a respeito de quando do chamamento da nova turma da segurança pública. Então tem sido um

trabalho constante de acompanhamento. Nós vemos aí, infelizmente, que tem estados que hoje não têm condições mais de bancar as suas necessidades emergenciais, ou essenciais. E podemos ver isso no Rio Grande do Sul e no Paraná. Principalmente no Rio Grande do Sul, que começou a pagar não o salário integral dos seus servidores, mas prepara um pacote de medidas que entendem necessárias. Claro que vai provocar reações e inconformismo de vários setores.

Então, nós podemos dizer ainda e com muita alegria que em Santa Catarina a administração estadual conseguiu levar as suas economias com controle.

E por que isso é importante? Porque nos temos mais de seis milhões de habitantes. Temos 100 mil funcionários públicos, e hoje vemos uma cobrança desses seis milhões de habitantes por um resultado cada vez mais forte de resposta mais efetiva do estado.

Então o estado tem que procurar na manutenção dos seus servidores e também dos serviços essenciais como a saúde, educação, segurança, rodovias. Tudo isso faz com que o estado venha a funcionar num clima de normalidade e que tenha o apoio da sua população.

Então, o resultado dessa avaliação é que Santa Catarina desfruta ainda de uma situação privilegiada se comparada ao restante do país com a sua economia sobre controle, dentro do previsível, mesmo com as dificuldades que se apresentam o estado de Santa Catarina, por meio da administração do governador Raimundo Colombo e do secretário da Fazenda, com todos os secretários.

Dizia ainda o secretário da Fazenda que o secretário de Segurança cobra, pede a inclusão de mais efetivo, a delegacia-geral pede, a Polícia Militar pede, tem feito, é uma necessidade e isso deve ocorrer, mas dentro de um controle de tranquilidade para o estado de Santa Catarina. As nomeações vão ocorrer, estão autorizadas dentro da possibilidade do estado.

É uma informação segura, claro, temos que saber que o estado tem que agir com toda cautela

necessária e também temos que entender essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência não poderia deixar de dizer, mesmo presidindo interinamente, da minha satisfação na condição de parlamentar e também porque represento Santa Catarina em todo o sul, de maneira especial, pelo grande feito acontecido no dia de hoje quando o sr. governador arrancou em Brasília a licença ambiental para a elaboração, a execução da obra que liga Praia Grande a Cambará do Sul, encurtando em aproximadamente 160 quilômetros para todo o pessoal do litoral e de toda região de Santa Catarina que almejava, muitas vezes dizia até Gramado, esse potencial turístico. Isso com certeza vão estreitar ainda mais o forte laço de interação socioeconômica entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por isso, é uma obra de investimento alto e que tem uma repercussão social, econômica e turística sem precedente na história do nosso sul. É um anseio e um desejo ao longo de mais de 30 anos e foi encaminhado, no dia de hoje, a notícia do sr. governador que nos enaltece e nos dá a certeza de que estamos no caminho para promover o desenvolvimento e a qualidade de vida do povo catarinense.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.